

Realização:



ASSOCIAÇÃO
CAATINGA



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Ministère de l'Environnement, du Climat
et de la Biodiversité

Com o apoio de

ONU
MULHERES



POR E PARA
TODAS
AS MULHERES
E MENINAS

Mulheres da Caatinga

Uma conversa sobre gênero, diversidade, trabalho,
participação e justiça climática no Semiárido.



Autoria:

Andrea Sousa Lima

Revisão:

Marília Alves do Nascimento e Cássia Dias Pascoal

Projeto gráfico e diagramação:

Sabrina Araújo

Revisão de provas:

Kelly Cristina Pereira da Silva

Coordenação do projeto:

Marília Alves do Nascimento

Ilustrações:

As ilustrações desta obra foram criadas com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial generativa, respeitando os termos de serviço das plataformas utilizadas e as diretrizes de direitos autorais vigentes.

Realização:



ASSOCIAÇÃO
CAATINGA



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Ministère de l'Environnement, du Climat
et de la Biodiversité

Com o apoio de



Sumário



04.

Apresentação

06.

Mulheres da Caatinga:
vida, trabalho e direitos

08.

Diferentes mulheres,
direitos para todas

10.

Desde cedo, quem
aprende a cuidar?

13.

Trabalho, cuidado e
tempo: quem faz o quê?

16.

Autonomia:
minha voz
também decide

22.

Saberes e
protagonismo
na Caatinga

25.

Adaptação e justiça
climática na Caatinga

28.

Quando nos organizamos,
a voz chega mais longe

32.

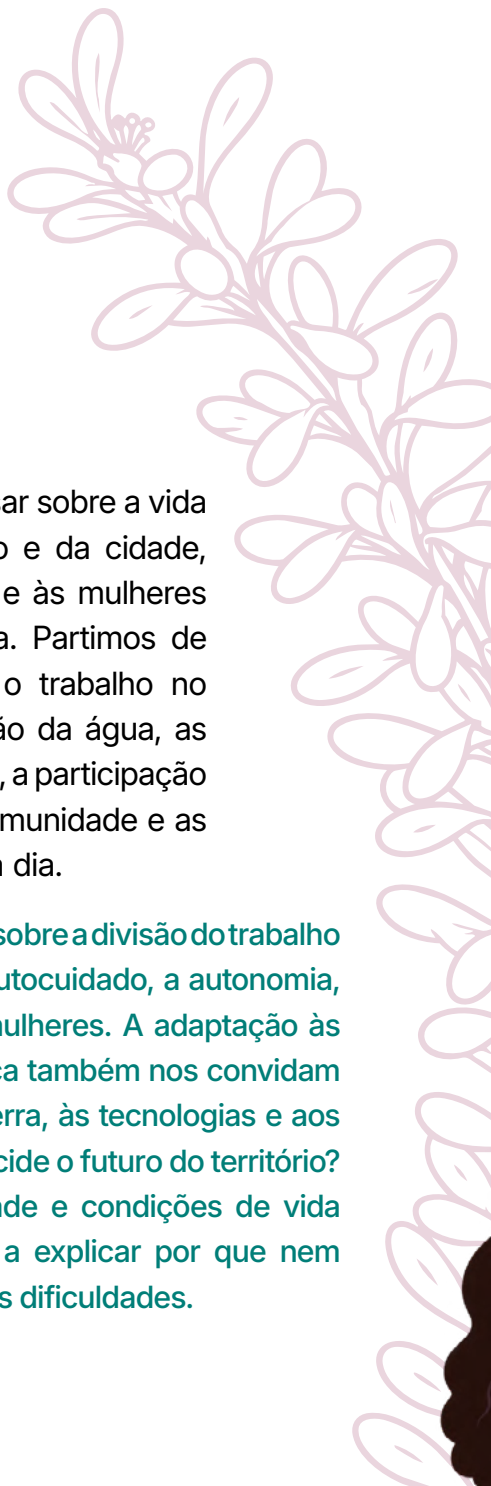
Referências



Apresentação

Esta cartilha é um convite para conversar sobre a vida e os direitos das mulheres do campo e da cidade, com atenção especial às agricultoras e às mulheres que vivem nos territórios da Caatinga. Partimos de situações conhecidas no Semiárido: o trabalho no roçado, no quintal e em casa, a gestão da água, as responsabilidades de cuidado, o estudo, a participação política, as decisões na família e na comunidade e as mudanças no clima que afetam o dia a dia.

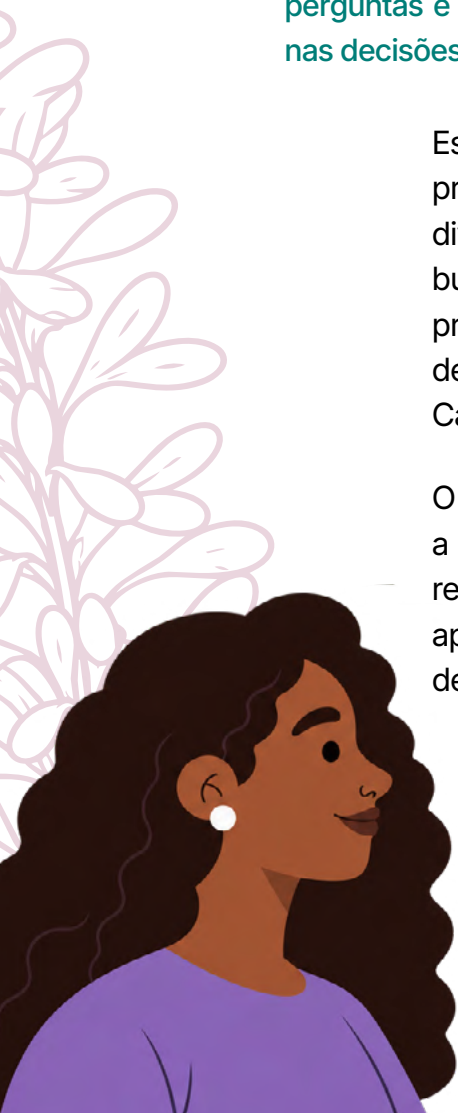
Nas próximas páginas, vamos conversar sobre a divisão do trabalho e do cuidado, o direito ao tempo e ao autocuidado, a autonomia, a participação e o protagonismo das mulheres. A adaptação às mudanças climáticas e a justiça climática também nos convidam a refletir: quem tem acesso à água, à terra, às tecnologias e aos recursos? Quem é ouvida quando se decide o futuro do território? As desigualdades de gênero, raça, idade e condições de vida atravessam essas questões e ajudam a explicar por que nem todas as mulheres enfrentam as mesmas dificuldades.



A cartilha valoriza os saberes das mulheres, construídos na experiência, no trabalho, na família, na comunidade, nas organizações e nas trocas entre gerações. Não pretende falar por todas nem dizer o que cada uma deve fazer. Pode ser lida individualmente ou compartilhada em rodas de conversa e processos de formação, abrindo perguntas e fortalecendo a participação das mulheres nas decisões que afetam suas vidas e seus territórios.

Esse material foi produzido no âmbito do projeto 'Elas pela Caatinga: fortalecendo a diversidade na agenda climática'. O projeto busca ampliar a participação e fortalecer o protagonismo das mulheres das comunidades rurais acompanhadas pela Associação Caatinga no semiárido brasileiro.

O projeto 'Elas pela Caatinga: fortalecendo a diversidade na agenda climática' é realizado pela Associação Caatinga com o apoio da ONU Mulheres e do Grão-Ducado de Luxemburgo.



01. Mulheres da Caatinga: vida, trabalho e direitos

Nossas experiências e nossas palavras importam.

Não existe um único jeito de ser mulher. Somos diferentes em nossas histórias, idades, corpos, raças, territórios, famílias, afetos, conhecimentos e modos de viver. Essas diferenças fazem parte de quem somos e das experiências que construímos ao longo da vida.

Mas viver de formas diferentes não deveria significar ter menos direitos, menos oportunidades ou menos liberdade. Muitas vezes, desde cedo, aprendemos o que esperam de nós por sermos mulheres: como devemos nos comportar, de quem devemos cuidar, quais lugares podemos ocupar e até quais sonhos podemos ter. Essas expectativas são construídas nas relações, nas famílias, nas comunidades, na escola, no trabalho e podem mudar.

Compreender as relações de gênero é perceber como expectativas e desigualdades afetam nosso trabalho, o tempo de que dispomos, as oportunidades e as decisões das quais participamos. Reconhecer as diferenças entre as mulheres é importante para que ninguém fique de fora do acesso a direitos, recursos e espaços de participação.

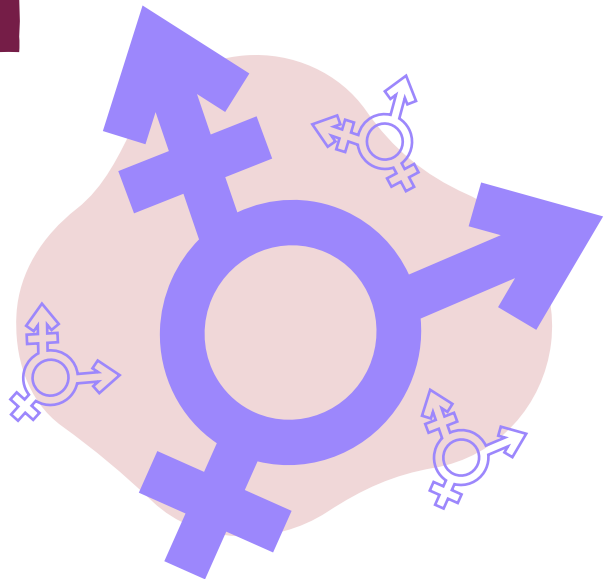




O que aprendemos, ao longo da vida, sobre o que uma mulher pode ou não pode ser?

PARA PENSAR JUNTAS

Gênero: diz respeito às ideias, expectativas e relações que uma sociedade constrói sobre mulheres, homens e outras identidades de gênero. Essas ideias influenciam comportamentos, responsabilidades, oportunidades e relações de poder.



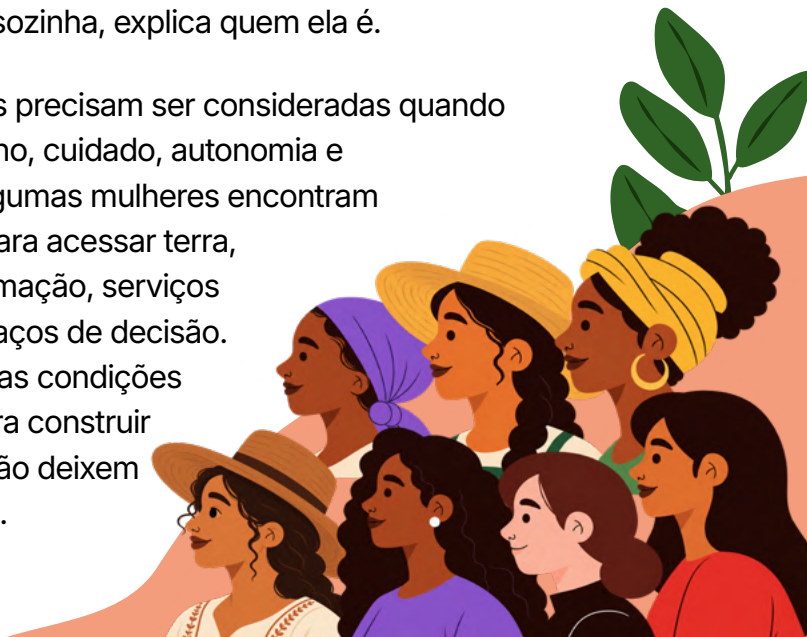
02. Diferentes mulheres, direitos para todas

Nem todas vivemos as mesmas condições.

Ser mulher não apaga as outras partes de quem somos. Idade, raça, território, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, condições de vida e experiências também atravessam nossas histórias e influenciam a forma como vivemos o mundo.

Essas dimensões se encontram de maneiras diferentes em cada vida. Uma mulher pode ser agricultora, negra e lésbica. Pode ser uma mulher trans que vive no campo. Pode ser jovem, quilombola, estudante e liderança em sua comunidade. Nenhuma dessas características, sozinha, explica quem ela é.

Essas diferenças precisam ser consideradas quando se fala de trabalho, cuidado, autonomia e participação. Algumas mulheres encontram mais barreiras para acessar terra, renda, água, formação, serviços públicos ou espaços de decisão. Reconhecer essas condições é necessário para construir respostas que não deixem ninguém de fora.





A diversidade das mulheres não deve se transformar em desigualdade de direitos. O respeito às histórias e às identidades de cada uma deve estar presente em todas as conversas desta cartilha. E muita coisa sobre quem pode ocupar determinados lugares começa a ser aprendida ainda na infância.

PARA PENSAR JUNTAS

Identidade de gênero:

é a forma como cada pessoa se reconhece em relação ao gênero. Mulher cis é aquela que se reconhece como mulher e foi identificada como menina ao nascer. Mulher trans é aquela que se reconhece como mulher, mas foi identificada como menino ao nascer.

Orientação sexual:

diz respeito à atração afetiva, amorosa ou sexual de uma pessoa por outra. Cada pessoa tem o direito de viver seus sentimentos e relacionamentos com respeito e liberdade.



LGBTQIAPN+: sigla que reúne diferentes orientações sexuais, identidades de gênero e características sexuais. Cada letra representa um grupo ou uma identidade, e o sinal “+” reconhece outras identidades e experiências não representadas pelas letras da sigla.

03. Desde cedo, quem aprende a cuidar?

Quando uma expectativa vira limite para meninas e meninos.

Muitas desigualdades começam a ser ensinadas ainda na infância. Nas brincadeiras, nas tarefas de casa e nas atividades da escola, meninas e meninos recebem mensagens sobre o que se espera de cada um. Enquanto as meninas são frequentemente incentivadas a cuidar, ajudar e assumir responsabilidades domésticas, os meninos costumam receber mais estímulos para explorar, construir, experimentar e ocupar os espaços fora de casa. **Essas expectativas também aparecem nos jogos, nas propagandas e nos conteúdos digitais, influenciando as possibilidades que cada criança aprende a reconhecer para si.**

O problema não está no brinquedo, na cor ou na tecnologia. Está quando tudo isso vira regra sobre o que uma criança pode gostar, aprender ou sonhar.

“ *Isso é coisa de menina.*”

“ *Menino não chora.*”

Já escutou alguma dessas frases?



Segundo o Comitê Gestor da Internet No Brasil (CGI.br, 2024), em 2023, 95% das crianças e adolescentes brasileiros de 9 a 17 anos usavam a internet. Por isso, é importante acompanhar os conteúdos que acessam, conversar sobre o que veem nos jogos, vídeos e redes sociais e observar como esses espaços também podem reforçar expectativas sobre o que meninas e meninos devem ser ou fazer.

Essas expectativas podem acompanhar meninas e meninos ao longo da vida. Dados do IBGE (2025), referentes a 2024, mostram que, entre jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e não haviam concluído o ensino médio, 61,2% dos homens apontaram a necessidade de trabalhar como principal motivo. Entre as mulheres, gravidez e afazeres domésticos e de cuidado, juntos, representaram 38,2%, superando a necessidade de trabalhar.

E você sabia que existe um Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência?

A data, celebrada em 11 de fevereiro, foi criada pela ONU para fortalecer a participação plena e em condições de igualdade de mulheres e meninas na ciência. A UNESCO (2026) informa que elas representam cerca de 35% das pessoas formadas nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática no mundo.



Será que isso começa apenas na universidade?

Ou começa muito antes, quando uma menina aprende que máquina, matemática, computador ou experimento “não são coisas para ela”?



Brinquedos, jogos, cores, estudos e sonhos não precisam ter gênero. Que possibilidades estamos oferecendo às nossas meninas e aos nossos meninos?

PARA CONTINUAR A CONVERSA



Vídeo

“O menino que engoliu o choro.”

Animação que convida a conversar sobre a expressão dos sentimentos e as expectativas impostas aos meninos desde a infância.

04. Trabalho, cuidado e tempo: quem faz o quê?

Dividir responsabilidades também é dividir oportunidades.

Muitas desigualdades começam a ser ensinadas ainda na infância. Nas brincadeiras, nas tarefas de casa e nas atividades da escola, meninas e meninos recebem mensagens sobre o que se espera de cada um. Enquanto as meninas são frequentemente incentivadas a cuidar, ajudar e assumir responsabilidades domésticas, os meninos costumam receber mais estímulos para explorar, construir, experimentar e ocupar os espaços fora de casa. Essas expectativas também aparecem nos jogos, nas propagandas e nos conteúdos digitais, influenciando as possibilidades que cada criança aprende a reconhecer para si.



E quando uma mulher diz que faz crochê, bordado ou artesanato “nas horas vagas”, esse tempo é mesmo de lazer? Pode ser prazer e descanso, sim, mas também pode ser produção, encomenda, complemento de renda e trabalho que nem sempre é reconhecido.

A Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei nº 15.069/2024, reconhece o cuidado como direito e estabelece que essa responsabilidade deve ser compartilhada entre o Estado, as famílias, a sociedade, o setor privado e entre mulheres e homens. Reconhecer o valor do trabalho das mulheres é importante, mas não basta. É preciso também repartir as responsabilidades para que elas tenham tempo de produzir, participar das decisões, descansar e cuidar de si mesmas.

PARA PENSAR JUNTAS

Trabalho de cuidado:

reúne atividades necessárias para cuidar das pessoas e sustentar a vida cotidiana. Pode ser remunerado ou não.

Divisão sexual do trabalho:

forma como tarefas e responsabilidades são distribuídas entre mulheres e homens, atribuindo frequentemente às mulheres o trabalho doméstico e de cuidado, além de sua participação na produção.

Corresponsabilidade:

significa compartilhar as responsabilidades pelo cuidado, em vez de tratá-lo como uma obrigação natural das mulheres.



PARA CONTINUAR A CONVERSA

Vídeo

Campanha pela “Divisão Justa do Trabalho Doméstico e vídeo Prosa com Rosa.”

Materiais para conversar sobre a divisão das tarefas da casa e do cuidado entre mulheres e homens.



Vídeo



Caderneta Agroecológica

ferramenta que ajuda a registrar e dar visibilidade à produção das agricultoras, incluindo o que é consumido pela família, vendido, trocado ou doado.

05. Autonomia: minha voz também decide

Autonomia é também ter poder de escolha.

Uma mulher pode trabalhar no roçado, conhecer cada canto do quintal, saber o que foi plantado, quanto entrou da feira e o que está faltando em casa. Mesmo assim, na hora de decidir sobre o dinheiro, a produção, a terra ou os rumos da família, sua palavra pode valer menos. Se ela participa do trabalho, por que não deveria participar também das decisões?

Essa pergunta nos leva a conversar sobre autonomia, que não significa fazer tudo sozinha, mas ter liberdade e condições para escolher, opinar, discordar e decidir sobre a própria vida. Isso vale dentro de casa, nas associações, cooperativas, grupos produtivos, redes e movimentos dos quais as mulheres participam. Mas estar presente não significa, necessariamente, ter poder de decisão.





A autonomia também depende de condições concretas, como renda, documentos, acesso à terra e à água, informação, formação, mobilidade, tempo e redes de apoio. Mulheres jovens, negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, lésbicas, bissexuais e trans podem enfrentar barreiras adicionais para acessar essas oportunidades e ocupar espaços de liderança.

Ter voz é também ter o direito de decidir sobre o próprio corpo, os relacionamentos e os caminhos que desejamos seguir, sem medo, ameaças ou imposições.

Nenhuma forma de violência dever ser aceita

Nem toda violência deixa marcas visíveis. Às vezes ela aparece numa agressão. Outras vezes, no medo, na humilhação, no controle do dinheiro, numa relação sexual sem consentimento, no isolamento ou na tentativa de decidir a vida de uma mulher por ela.

Reconhecer a violência também é uma forma de proteção.

“É só ciúme.”

“Ele é assim mesmo.”

“Melhor não contar para ninguém.”

Quando essas situações se repetem, podem acabar parecendo normais. Mas não são.

VOCÊ SABIA?

A Lei Maria da Penha apresenta expressamente seis formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres, entre outras manifestações possíveis:

Violência física: quando uma ação atinge a integridade ou a saúde do corpo da mulher.

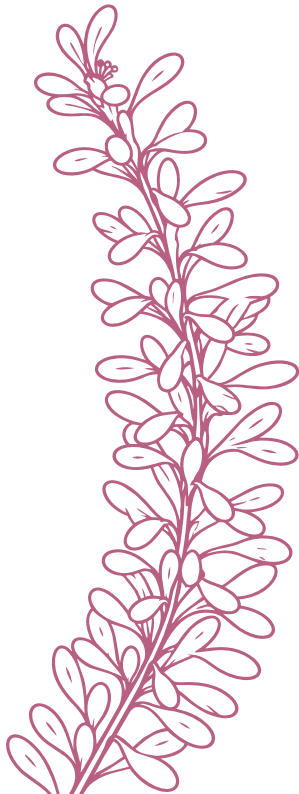
Violência psicológica: inclui ameaças, humilhações, chantagens, perseguição, isolamento, manipulação e outras formas de causar sofrimento emocional ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões.

Violência sexual: ocorre quando a mulher é constrangida a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, ou quando seus direitos sexuais e reprodutivos são limitados ou violados.

Violência patrimonial: acontece quando alguém retém, toma ou destrói objetos, documentos, instrumentos de trabalho, dinheiro, bens, direitos ou outros recursos econômicos da mulher.

Violência moral: acontece por meio de calúnia, difamação ou injúria.

Violência vicária: ocorre quando a violência é praticada contra descendentes, ascendentes, dependentes, enteados, parentes, pessoas sob a guarda ou responsabilidade direta da mulher ou integrantes de sua rede de apoio, com a intenção de atingi-la. Essa forma passou a constar expressamente na Lei Maria da Penha em 2026, pela Lei nº 15.384.



Uma mulher pode sofrer mais de uma dessas violências ao mesmo tempo. E pedir ajuda nem sempre é simples. Mulheres negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, idosas, jovens, lésbicas, bissexuais, trans e mulheres que vivem longe dos serviços podem encontrar ainda mais barreiras para chegar à proteção.

Enfrentar a violência também exige rede:

pessoas que escutem sem julgar, informação sobre direitos e serviços públicos preparados para acolher e proteger.

A violência nunca é responsabilidade de quem sofre.

Você saberia reconhecer uma situação de violência na vida de uma mulher próxima? E saberia onde buscar ajuda?

ONDE BUSCAR AJUDA:

180 Central de Atendimento à Mulher.

A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

WhatsApp do Ligue 180:
(61) 99610-0180.





Cuidar da casa, das crianças, das pessoas idosas ou doentes é uma responsabilidade natural das mulheres?

O cuidado não é uma obrigação exclusiva das mulheres. A Política Nacional de Cuidados reconhece que essa responsabilidade deve ser compartilhada entre mulheres e homens, famílias, Estado, sociedade civil e setor privado.

MITO

Mulheres e homens que realizam trabalho de igual valor ou exercem a mesma função têm direito à igualdade salarial?

A legislação brasileira estabelece a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função, observados os critérios previstos em lei.

VERDADE

Mulheres com deficiência têm direito a atendimento acessível e em igualdade de condições?

A legislação garante às pessoas com deficiência acesso aos serviços e às informações em condições de acessibilidade e proíbe diferentes formas de discriminação.

VERDADE

Mulheres rurais também têm direito de participar das decisões sobre seus territórios e comunidades?

As políticas públicas voltadas às mulheres rurais reconhecem sua cidadania e preveem ações para ampliar sua autonomia e participação na gestão e na tomada de decisões sobre os territórios e as comunidades onde vivem.

VERDADE

A mulher precisa da autorização do marido ou companheiro para trabalhar, estudar ou participar de espaços de organização social?

Mulheres e homens são iguais em direitos e obrigações perante a Constituição. O casamento ou uma relação afetiva não retira da mulher sua autonomia civil.

MITO

A Lei Maria da Penha só protege mulheres que moram com o agressor?

A proteção também pode ser aplicada quando agressor e vítima não vivem na mesma casa. Isso inclui, por exemplo, situações de violência em relações de namoro ou em relações afetivas já encerradas, desde que estejam presentes os requisitos previstos na lei.

MITO

Se a mulher é casada ou vive com o companheiro, não existe violência sexual entre o casal?

O casamento ou qualquer outra relação afetiva não elimina o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo. Constranger uma mulher a manter ou participar de uma relação sexual não desejada pode configurar violência sexual.

MITO

Se a agressão é praticada por outra mulher, a Lei Maria da Penha não se aplica?

A agressora também pode ser mulher, desde que a violência ocorra no âmbito de relação conjugal.

MITO

Ter documentos em seu próprio nome é importante para a autonomia das mulheres rurais?

VERDADE: A documentação civil e os registros necessários para acessar políticas públicas, como CPF, Carteira de Trabalho e Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, são instrumentos importantes para o exercício de direitos e da cidadania.

VERDADE



06. Saberes e protagonismo na Caatinga

Conhecer, propor, coordenar e participar das decisões.

Na Caatinga, muitos conhecimentos são construídos pela observação, pela experiência, pela memória e pelas trocas entre pessoas. Mulheres agricultoras conhecem sementes, plantas alimentícias e medicinais, formas de guardar água, cuidar do solo, criar animais, beneficiar alimentos e perceber os sinais do tempo. Nos quintais, esses saberes se encontram com o cultivo, a criação, a alimentação e a conservação da biodiversidade.

Parte desses conhecimentos é compartilhada e ampliada em cursos, intercâmbios, associações, movimentos, feiras e encontros entre mulheres. Nessas experiências, os saberes construídos nos territórios dialogam com outros conhecimentos, inclusive os científicos.





As mulheres não nascem sabendo cuidar da natureza. Seus conhecimentos são construídos ao longo da vida, a partir da ancestralidade, da cultura, dos saberes transmitidos entre gerações e das relações com as pessoas e o território. São conhecimentos que se renovam por meio das experiências, do trabalho, das trocas e das aprendizagens de cada mulher.

Reconhecer essa contribuição não significa atribuir às mulheres a responsabilidade de cuidar sozinhas da Caatinga, mas valorizar seu papel na produção de conhecimentos, na construção da agroecologia, na preservação da Caatinga e na manutenção de sua biodiversidade.

O protagonismo das mulheres aparece quando suas ideias e experiências são reconhecidas e elas encontram condições para propor ações, coordenar iniciativas e acompanhar as decisões sobre produção, água, sementes e recursos. Isso não significa esperar que cada mulher resolva tudo sozinha: formação, informação, transporte, tempo e respeito à sua palavra são condições para exercer esse papel.



PARA PENSAR JUNTAS

Agroecologia:

reúne conhecimentos científicos, práticas e saberes construídos nos territórios. É também um movimento social e, em muitas experiências, um modo de vida que relaciona produção de alimentos, biodiversidade, autonomia e relações mais justas entre as pessoas e com a natureza.

Biodiversidade:

é a variedade de formas de vida, como plantas, animais e microrganismos, e dos ambientes onde vivem.

PARA CONTINUAR A CONVERSA

Vídeo

Documentário "As Sementes."

Apresenta experiências de mulheres camponesas e convida à reflexão sobre seus conhecimentos, sua participação na agroecologia e as transformações que constroem em suas vidas e territórios.



07. Adaptação e justiça climática na Caatinga

Quando o clima muda, quem tem condições de se proteger?

Conviver com o Semiárido

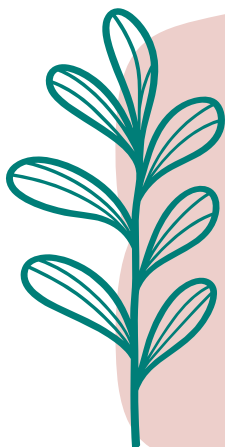
não é combater a seca, mas construir condições para viver bem nesse território, valorizando seus povos, seus conhecimentos e a biodiversidade da Caatinga. Guardar água para diferentes usos, sementes para os próximos plantios e alimentos para as famílias e os animais faz parte das estratégias de convivência que ajudam a sustentar a vida e a produção.



As mudanças climáticas, porém, podem aprofundar desigualdades que já existem. Quando a água fica mais difícil de acessar, o calor se intensifica ou a produção de alimentos é afetada, nem todas as pessoas enfrentam as mesmas dificuldades. Mulheres com menos acesso à terra, à água, à renda, ao crédito, a projetos de fomento, ao transporte e aos serviços públicos podem enfrentar maiores dificuldades para responder às mudanças climáticas. E, como o trabalho doméstico e de cuidado ainda recai mais sobre elas, uma crise também pode significar mais trabalho e menos tempo.

Adaptar-se às mudanças do clima é buscar maneiras de proteger a vida, a água, os alimentos e os meios de viver diante do aumento do calor, de secas mais intensas ou de chuvas irregulares. No Semiárido, isso pode incluir tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, conservação de sementes, diversidade de cultivos, cuidado com o solo e fortalecer a produção agroecológica. Essas possibilidades dependem também de políticas públicas, assistência técnica, infraestrutura e recursos.

As mulheres não são apenas atingidas por essas mudanças. Elas participam de redes, organizações, quintais produtivos, casas e bancos de sementes e experiências agroecológicas que fortalecem os territórios. Reconhecer sua contribuição, entretanto, não significa colocar sobre elas a responsabilidade de resolver a crise climática.



As mulheres conhecem os efeitos das mudanças do clima sobre a produção, o trabalho e o cuidado. Por isso, precisam participar desde a identificação dos problemas até a definição das prioridades: onde instalar uma tecnologia, como organizar o acesso à água, que atividades apoiar e como acompanhar o uso dos recursos. Adaptação climática com justiça exige que essas decisões não sejam tomadas sem elas.

Justiça climática também é garantir acesso aos recursos, reparar responsabilidades e assegurar que as mulheres participem das decisões sobre o futuro de seus territórios. Afinal, quem tem acesso à água e à terra? Quem participa dos projetos e decide sobre os recursos?

PARA PENSAR JUNTAS

Justiça climática:

é reconhecer que as mudanças no clima atingem as pessoas de maneiras diferentes e que seu enfrentamento exige considerar as desigualdades de gênero, raça, renda e território, garantindo direitos, recursos e participação nas decisões.

Crise climática:

expressão que chama a atenção para a gravidade das mudanças no clima e seus impactos sobre as pessoas, os territórios e os ecossistemas.



08. Quando nos organizamos, a voz chega mais longe

Ter espaço para falar, propor e decidir.

Muitas mulheres descobrem, quando se encontram, que dificuldades que pareciam apenas pessoais também fazem parte da vida de outras. Ao compartilhar experiências, percebem que podem buscar soluções juntas, defender seus direitos e transformar situações que antes pareciam impossíveis de mudar.

Nas associações, grupos produtivos, redes e movimentos, as mulheres fortalecem feiras agroecológicas, compartilham conhecimentos, conservam sementes, enfrentam violências e defendem seus territórios. Esses espaços também são lugares de aprendizagem, onde diferentes experiências se encontram e ajudam a construir respostas coletivas. Mas estar juntas não significa pensar tudo igual. Mulheres de diferentes idades, raças, identidades, orientações sexuais e condições de vida precisam encontrar oportunidades para falar, ser escutadas e participar das decisões.



Participar não é apenas comparecer às reuniões ou executar tarefas.

É também apresentar propostas, definir prioridades, coordenar grupos e acompanhar os recursos e os resultados das ações. Para isso, as organizações precisam considerar os horários, os deslocamentos, as responsabilidades de cuidado e as diferentes condições de vida das mulheres, criando oportunidades reais para que suas vozes sejam ouvidas.

Ao longo desta cartilha, conversamos sobre o trabalho das mulheres, as responsabilidades de cuidado, o direito ao próprio tempo, a autonomia e o valor de seus conhecimentos. Vimos também que enfrentar as mudanças do clima exige acesso a recursos, participação nas decisões e justiça para quem encontra mais dificuldades. Nenhuma mulher deveria precisar dar conta de tudo sozinha.

Mudar as relações de gênero não significa que todas as mulheres devam pensar ou viver da mesma maneira. É repartir responsabilidades, respeitar as diferenças e garantir que o trabalho, a palavra e os direitos de cada uma sejam reconhecidos, sem desigualdade ou violência.

Que caminhos queremos abrir para nós e para as meninas e mulheres que vêm depois de nós?

A prosa não termina nesta cartilha. Ela pode continuar em casa, no quintal, na associação, na escola, na feira e nos encontros entre mulheres. Cada conversa pode abrir espaço para novas perguntas, fortalecer vínculos e ajudar a construir outras formas de viver e conviver.



Músicas e poesias são modos de sensibilização por meio da arte. Elas, por vezes, propõem uma reflexão sobre os territórios e os desejos de mudanças sociais.

Por isso, convidamos você a ouvir e a sentir a canção a seguir. Que a música aqui apresentada possa alcançar, primeiro o sentimento, despertar o pensamento crítico e, a partir disso, estimular atitudes e ações transformadoras.

Triste, Louca ou Má

Composição: Rafael Gomes, Juliana Strassacapa, Andrei Martinez Kozyreff, Mateo Piracés-Ugarte e Sebastián Piracés-Ugarte

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
(você é seu próprio lar)

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

E o homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós (e
um homem não me define,
minha casa não me define)
Vai viver só (minha carne não
me define)
(Eu sou meu próprio lar)

Ela desatinou, desatou nós (e
um homem não me define)
Vai viver só (minha carne não
me define)

Referências

Livros, cartilhas e publicações

BATISTA, Kevin Samuel Alves. **Uma prosa no Sertão: uma conversa sobre homens e masculinidades no campo e na cidade**. [S. l.]: We World-GVC Brasil; Instituto Maria da Penha, 2020.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; CAMURÇA, Andrea Machado; VIANA, Lúgia Alves; ABRANTES, Karla Karolline de Jesus. **Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária**. In: MOLINA, Mônica Castagna et al. (org.). Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária. v. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 312-331.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata; VITÓRIA, Carla; COELHO, Sonia. **Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

VITÓRIA, Carla; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2016.

Dados, direitos e materiais institucionais

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **ASA e a convivência com o Semiárido**. [S. l.]: ASA, [s. d.]. Disponível em: <https://asabrasil.org.br/asa/>. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. **Institui a Política Nacional de Cuidados.** Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15069.htm. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.384, de 9 de abril de 2026. **Altera a Lei Maria da Penha e outras normas para prever a violência vicária e o crime de vicaricídio.** Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15384.htm. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Ligue 180: **Central de Atendimento à Mulher.** Brasília, DF: Ministério das Mulheres, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180>. Acesso em: 19 set. 2026.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2023.** São Paulo: CGI.br, 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20240913124019/tic_kids_online_2023_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 19 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **A educação no Brasil: entre metas e desigualdades.** Rio de Janeiro: IBGE Educa, 17 dez. 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/23113-a-educacao-no-brasil-entre-metas-e-desigualdades.html>. Acesso em: 19 set. 2026.

ONU MULHERES; NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2024.** Nova York: UN Women; UN DESA, 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/gender-snapshot/2024/GenderSnapshot2024.pdf>. Acesso em: 19 set. 2026.

UNESCO. **Advancing gender equality in STEM education: inspiring girls to pursue science.** Paris: UNESCO, 6 fev. 2026. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/advancing-gender-equality-stem-education-inspiring-girls-pursue-science>. Acesso em: 19 set. 2026.

UNICEF. **How to remove gender stereotypes from playtime.** UNICEF Parenting, [s. d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/parenting/child-development/how-remove-gender-stereotypes-playtime>. Acesso em: 19 set. 2026.

Para continuar a conversa: livros, vídeos e outros materiais

AMARAL, Joubert (dir.). **O menino que engoliu o choro.** [Filme de animação]. Brasil: Navegantes Entretenimento, 2025. 6 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4anTW9AUrQ>. Acesso em: 19 set. 2026.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Caderneta Agroecológica.** [Vídeo]. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MmKnMR9f0lc>. Acesso em: 19 set. 2026.

CONTAG (TV CONTAG). **Prosa com Rosa: campanha pela divisão justa do trabalho doméstico.** [Vídeo]. YouTube, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/N4-Gzv78Bc0?si=frW-nx55sDj5CpQk>. Acesso em: 19 set. 2026.



Realização:



ASSOCIAÇÃO
CAATINGA



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Ministère de l'Environnement, du Climat
et de la Biodiversité

Com o apoio de

ONU
MULHERES



POR E PARA
TODAS
AS MULHERES
E MENINAS